

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS SUL SEDE MORRINHOS
BACHARELADO EM CIÊNCIA CONTÁBEIS
ALESSANDRO LIRA DA SILVA
VALDIMAR MARINS ROSA

**ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE O IMPOSTO DE RENDA:
UMA REVISÃO NA LITERATURA**

MORRINHOS

2023

ALESSANDRO LIRA DA SILVA
VALDIMAR MARINS ROSA

**ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE O IMPOSTO DE RENDA:
UMA REVISÃO NA LITERATURA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte do requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Sul Sede Morrinhos, sob a orientação do professor Me. Rodrigo Wiesner

MORRINHOS

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Sebastião França – UEG Câmpus Sul – Morrinhos

S586a Silva, Alessandro Lira da.

Aspectos teórico-conceituais sobre o imposto de renda : uma revisão na literatura / Alessandro Lira da Silva, Valdimar Marins Rosa. – Morrinhos, GO, 2023.

24 p.

Orientador: Prof. Rodrigo Wiesner.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis)
– Câmpus Sul, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

1. Equidade fiscal. 2. Imposto de Renda. 3. Redistribuição de renda. 4. Função social. I. Rosa, Valdimar Marins. II. Wiesner, Rodrigo. III. Título.

CDU: 657

ALESSANDRO LIRA DA SILVA

VALDIMAR MARINS ROSA

**ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE O IMPOSTO DE RENDA:
UMA REVISÃO NA LITERATURA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte do requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Sul Sede Morrinhos.

Aprovado em 28 de novembro de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Me. Rodrigo Wiesner – Orientador
Mestre em Ambiente e Sociedade
Universidade Estadual de Goiás

Prof. Esp. Enika Maria Borges
Especialista em Direito do Consumidor
Universidade Anhanguera

Prof. Esp. Fábio Martins Ferreira
Especialista em Controladoria, Auditoria e Finanças
Universidade Luterana do Brasil

MORRINHOS

2023

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	4
1 INTRODUÇÃO	4
2 METODOLOGIA DE PESQUISA	5
3 REFERENCIAL TEÓRICO	7
3.1 CONCEITO E ORIGEM DO IMPOSTO DE RENDA NO BRASIL.....	7
3.2 A IMPORTÂNCIA E FUNÇÃO SOCIAL DO IMPOSTO DE RENDA.....	10
3.3 IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA (IRPF).....	14
3.4 IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ).....	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	23

ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE O IMPOSTO DE RENDA: UMA REVISÃO NA LITERATURA

THEORETICAL-CONCEPTUAL ASPECTS ABOUT INCOME TAX: A REVIEW OF THE LITERATURE

RESUMO

A tributação dos rendimentos pelo Imposto de Renda é um tema de grande relevância nas finanças pessoais e empresariais no Brasil, abrangendo tanto pessoas físicas como jurídicas. A importância e o papel da arrecadação desse imposto geram debates contínuos, uma vez que ele impacta diretamente o dia a dia de todos na sociedade. Assim, o objetivo da pesquisa consiste em discutir os aspectos teórico-conceituais acerca do Imposto de Renda (IR), bem sua sua importância, função social e diferenças entre a cobrança vinculada às Pessoas Físicas (IRPF) e Jurídicas (IRPJ) no Brasil. Em relação à metodologia, o presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa teórica, com fonte de dados bibliográficos publicados acerca do Imposto de Renda, o qual configura-se como objeto de estudo. Em relação ao processo de análise, serão utilizadas as perspectivas de interpretação qualitativa e descritiva, para apresentar as principais características teórico-conceituais do assunto abordado. Pelo estudo, constatou-se que a elaboração deste trabalho ressalta a importância do IRPF e do IRPJ no contexto brasileiro, com seus papéis cruciais na arrecadação de receitas, redistribuição de renda e promoção de políticas fiscais e econômicas. O IRPF, com alíquotas progressivas, contribui para reduzir as desigualdades de renda, promovendo a justiça social. Ambos os impostos passaram por reformas ao longo do tempo, visando sistemas fiscais mais eficazes e equitativos. A promoção da equidade fiscal, através de deduções, é essencial, assim como o controle eficaz para combater a evasão fiscal.

Palavras-chave: Equidade Fiscal. Imposto de Renda. Redistribuição de Renda. Função Social.

ABSTRACT

The taxation of income by Income Tax is a topic of great relevance in personal and business finances in Brazil, covering both individuals and legal entities. The importance and role of collecting this tax generates continuous debates, as it directly impacts the daily lives of everyone in society. Thus, the objective of the research is to discuss the theoretical-conceptual aspects about Income Tax (IR), as well as its importance, social function and differences between the collection linked to Individuals (IRPF) and Legal Entities (IRPJ) in Brazil. Regarding the methodology, the present study is characterized by being a theoretical research, with a source of published bibliographic data on Income Tax, or which is configured as the object of study. In relation to the analysis process, qualitative and descriptive interpretation perspectives will be used to present the main theoretical-conceptual characteristics of the subject covered. Through the study, it was found that the preparation of this work highlights the importance of IRPF and IRPJ in the Brazilian context, with their crucial roles in revenue collection, income redistribution and promotion of fiscal and economic policies. The IRPF, with progressive rates, contributes to reducing income inequalities, promoting social justice. Both taxes have undergone reforms over time, passing through more rigorous and equitable tax systems. The promotion of tax assets, through deductions, is essential, as is effective control to combat tax evasion.

Keywords: Fiscal Equity. Income Tax. Income Redistribution. Social role.

1 INTRODUÇÃO

A tributação dos rendimentos pelo Imposto de Renda, objeto de pesquisa do presente estudo, é um dos principais temas que influenciam as finanças pessoais e empresariais no Brasil, tanto das pessoas físicas quanto jurídicas. Esse assunto, ainda gera muita discussão e polêmica

em relação a sua importância, bem como ao papel que a arrecadação do imposto desempenha, pois afeta diretamente o cotidiano de todas as pessoas na sociedade. Assim, é fundamental entender os aspectos conceituais que originaram e motivaram a implantação do tributo, bem como apresentar suas características e particularidades.

Nesse contexto, para o desenvolvimento da pesquisa foram delimitados os seguintes problemas que irão nortear as discussões e investigações, sendo: O que é e como surgiu a cobrança do Imposto de Renda no Brasil? Qual a importância e a função social do tributo? Quais as diferenças entre o Imposto de Renda da Pessoa Física e Jurídica? Diante disto, o objetivo da pesquisa é discutir os aspectos teórico-conceituais acerca do Imposto de Renda (IR), bem sua importância, função social e diferenças entre a cobrança vinculada às Pessoas Físicas (IRPF) e Jurídicas (IRPJ) no Brasil.

A elaboração deste trabalho se justifica uma vez que a tributação é uma questão central na economia de qualquer país, e o Imposto de Renda é um dos principais instrumentos de arrecadação de recursos para os governos. A compreensão aprofundada dos aspectos teóricos e conceituais relacionados a esse imposto é essencial para avaliar seu impacto nas finanças públicas, nas empresas e na sociedade como um todo. Além disso, o Imposto de Renda afeta diretamente a vida das pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas. Compreender as bases teóricas que norteiam esse tributo é fundamental para que os cidadãos e empresas possam tomar decisões informadas em relação às suas finanças, planejamento fiscal e investimentos. Além disso, a arrecadação desse imposto financia políticas públicas, como saúde, educação e infraestrutura, que têm um impacto direto na qualidade de vida da população.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa teórica, realizada por intermédio de uma revisão na literatura acerca do tema Imposto de Renda. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 225) “pesquisa alguma parte hoje da estaca zero, visto que, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida”. Em outro aspecto, Gil (2008, p.27) argumenta que uma revisão da literatura já escrita sobre um tema amplamente discutido, é necessária para que os pesquisadores conheçam as problemáticas, e assim, possam posteriormente utilizar outros métodos ou ferramentas de pesquisa, que aprofundem o assunto investigado.

Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um

problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (Gil, 2008, 27).

Em outro aspecto, Prodanov e Freitas (2013, p. 78) argumentam que a revisão da literatura, também designada de “revisão teórica, histórica ou estado da arte”, serve para avaliar “quem já escreveu, o que já foi publicado sobre o assunto, e quais aspectos já foram abordados”. Além disso, os autores também apontam que ela é indispensável em uma pesquisa acadêmica, pois, “através dela que você situa seu trabalho dentro da grande área de pesquisa da qual faz parte, contextualizando-o”.

Nesse contexto, como fonte de dados, o estudo utiliza-se exclusivamente dos materiais bibliográficos já escritos e publicados acerca do tema, configurando-se como os dados para construção do texto. Marconi e Lakatos (2003, p. 183) indicam que a pesquisa bibliográfica “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados relevantes relacionados com o tema”. Para eles, o estudo realizado mediante à literatura já existente “representa uma fonte indispensável de informações” a ser utilizada na construção de um texto.

Para Gil (2008) o principal benefício deste tipo de fonte, é poder consultar todo o material já disponível, o que amplia o campo de análise, e assim, não limita os pesquisadores diante daquilo que poderiam pesquisar diretamente em relação ao objeto de estudo. Fonseca (2012) também argumenta que ela não é uma repetição do material que já existe, pois:

A pesquisa bibliográfica deve ser somada, necessariamente, a todo e qualquer outro tipo de pesquisa ou trabalho científico, constituindo uma base teórica para o desenvolvimento de todo trabalho de investigação em ciência. Ela abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...] Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas de alguma forma, quer publicadas quer gravadas (Fonseca, 2012, p.21).

Diante disto, o objeto de estudo que será pesquisado nas fontes bibliográficas é a literatura acerca do Imposto de Renda. Em relação à abordagem de interpretação dos dados coletados, será realizada a análise qualitativa e descritiva. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.70) nos estudos qualitativos os dados retratam as características do objeto de estudo, e portanto, descrevem seus elementos essenciais. Assim, a “utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades”. Fonseca (2012) discute que nesse neste de estudo, os pesquisadores tem o intuito de compreender e interpretar as informações disponíveis, e Gil (2008) aponta que a

apresentação dos dados qualitativos,

consiste na organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento. Esta apresentação pode ser constituída por textos, que permitam uma nova maneira de organizar e analisar as informações (Gil, 2008, p. 175).

Portanto, o presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa teórica, com fonte de dados bibliográficos publicados acerca do Imposto de Renda, o qual configura-se como objeto de estudo. Em relação ao processo de análise, serão utilizadas as perspectivas de interpretação qualitativa e descritiva, para apresentar as principais características teórico-conceituais do assunto abordado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 CONCEITO E ORIGEM DO IMPOSTO DE RENDA NO BRASIL

O Imposto de Renda no Brasil é um tributo de suma importância no contexto do sistema tributário do país. Sua relevância se deve ao fato de que ele incide sobre a renda auferida tanto por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas residentes no território nacional. Esse tributo desempenha um papel crucial na arrecadação de recursos para o governo, financiando uma ampla gama de serviços públicos, programas sociais e projetos de infraestrutura que são fundamentais para o funcionamento da sociedade e o desenvolvimento econômico (Silva; Martins, 2021).

Uma característica distintiva do Imposto de Renda no Brasil é a sua natureza progressiva. Isso significa que as alíquotas incidentes sobre a renda aumentam à medida que a renda declarada pelo contribuinte cresce. Esse princípio está intrinsecamente ligado à noção de justiça fiscal e capacidade contributiva, que fundamenta a tributação progressiva. Em outras palavras, a progressividade das alíquotas reflete a ideia de que os contribuintes com maior renda devem suportar uma carga tributária proporcionalmente maior, com base na capacidade de pagamento (Portella, 2018).

O alcance do Imposto de Renda é amplo, abrangendo uma variedade de fontes de renda para pessoas físicas. Isso inclui não apenas salários, mas também aluguéis, lucros, dividendos e ganhos de capital. O escopo abrangente do Imposto de Renda visa garantir que diferentes formas de renda sejam tratadas de maneira equitativa, de acordo com os princípios de justiça fiscal. Além disso, para pessoas jurídicas, o Imposto de Renda incide sobre o lucro obtido,

desempenhando um papel fundamental na tributação das empresas e no financiamento das atividades governamentais (Silva; Martins, 2021).

A complexidade do Imposto de Renda no Brasil reflete a diversidade de rendimentos e a necessidade de estabelecer regras claras para a tributação de cada fonte de renda. Ao longo do tempo, o sistema de Imposto de Renda tem sido objeto de mudanças e reformas, visando aprimorar a eficiência e a equidade da tributação. Essas reformas incluem a definição de alíquotas, a regulamentação de deduções fiscais, a implementação de mecanismos de controle e a adaptação às necessidades econômicas e sociais do país (Silva; Martins, 2021).

A origem do Imposto de Renda no Brasil é um reflexo da influência de sistemas fiscais estrangeiros, notadamente europeus e norte-americanos, e da necessidade premente de angariar recursos para custear as despesas do Estado durante um período histórico crucial: a Primeira Guerra Mundial. Em 1917, o governo brasileiro promulgou o Decreto nº 13.480, que ficaria marcado na história tributária do país como a instituição do chamado "imposto de guerra". A motivação central para a criação desse tributo era a de prover recursos financeiros para a participação do Brasil na guerra que assolava o mundo naquele momento (Nóbrega, 2014).

O "imposto de guerra" estabelecido pelo Decreto nº 13.480 foi pioneiro em vários aspectos. Ele incorporou o princípio de alíquotas progressivas, uma inovação que implica que os contribuintes com rendas mais elevadas pagariam uma proporção maior de seus rendimentos em impostos. Isso refletia a ideia de que a tributação deveria ser equitativa e proporcional à capacidade contributiva dos cidadãos. Além disso, o imposto era aplicado tanto a pessoas físicas como a pessoas jurídicas, ampliando seu alcance e impacto (Nóbrega, 2014).

A singularidade desse tributo é que, após o término da Primeira Guerra Mundial, o governo brasileiro optou por mantê-lo, consolidando-o por meio do Decreto nº 16.107, promulgado em 1923. Isso refletiu a percepção de que o Imposto de Renda era uma fonte de receita confiável e necessária para as finanças públicas, especialmente em um contexto pós-guerra em que o Estado enfrentava crescentes demandas por gastos em diversas áreas (Schoueri; Barbosa, 2021).

Ao longo de sua história, o Imposto de Renda no Brasil tem passado por uma série de transformações e reformas que visam adequá-lo às dinâmicas econômicas e sociais em constante evolução. Essas mudanças refletem a necessidade de adaptar o sistema tributário para atender às demandas de uma sociedade em mudança, bem como para aprimorar a eficiência e a equidade da tributação. Uma das áreas em que o Imposto de Renda brasileiro tem experimentado ajustes significativos é a definição das alíquotas. As mudanças nas

alíquotas têm sido frequentemente utilizadas como instrumento de política fiscal para estimular o crescimento econômico, promover a justiça fiscal e alinhar o sistema tributário com os objetivos do governo. Isso pode envolver a introdução de alíquotas diferenciadas para diferentes faixas de renda ou setores econômicos, buscando atender a necessidades específicas (Nóbrega, 2014).

A definição de renda tributável, conforme Portella (2018), é outra área em que o Imposto de Renda tem sido alvo de reformas. As autoridades fiscais constantemente revisam e atualizam as regras que determinam quais tipos de renda estão sujeitos à tributação. Isso é feito para garantir que o sistema de Imposto de Renda abranja adequadamente todas as fontes de renda relevantes e que evite brechas que permitam a evasão fiscal. As deduções fiscais também são frequentemente ajustadas no âmbito do Imposto de Renda. Elas permitem que os contribuintes abatam certos gastos específicos de sua base tributável, como despesas com educação, saúde ou moradia. As reformas nesse aspecto são orientadas para equilibrar o incentivo à economia com a manutenção da arrecadação adequada (Nóbrega, 2014).

A administração do Imposto de Renda também tem evoluído ao longo do tempo. Isso inclui melhorias na coleta de informações, automação de processos, implementação de tecnologias avançadas e o fortalecimento das capacidades de fiscalização para combater a evasão fiscal. Sublinha-se que o Imposto de Renda no Brasil, ao longo das décadas, não apenas sobreviveu ao seu início como "imposto de guerra," mas também se consolidou como uma parte essencial do sistema tributário do país. Ele desempenha um papel fundamental na arrecadação de receitas, fornecendo recursos para a manutenção de serviços públicos e programas sociais. Além disso, o Imposto de Renda desempenha um papel significativo na promoção de políticas de redistribuição de renda e justiça fiscal, contribuindo para a redução das desigualdades socioeconômicas e o bem-estar da população. Sua capacidade de adaptação e evolução é uma prova de sua relevância contínua na gestão das finanças públicas do Brasil (Nóbrega, 2014).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco importante na história tributária do Brasil, trazendo mudanças substanciais para o Imposto de Renda no país. Uma das mudanças mais significativas introduzidas por essa constituição foi a consagração do princípio da progressividade das alíquotas do Imposto de Renda, um avanço notável no sistema tributário brasileiro (Kuntz; Zarth, 2023).

A progressividade das alíquotas implica que quanto maior a renda auferida, maior será a alíquota aplicada sobre o montante tributável. Esse princípio está alinhado com a ideia de justiça fiscal e capacidade contributiva, uma vez que aqueles com maiores recursos financeiros

devem contribuir de forma mais substancial para o financiamento das despesas públicas. A progressividade das alíquotas visa reduzir a carga tributária sobre os contribuintes de baixa renda, enquanto recai com mais vigor sobre os de alta renda (Schoueri; Barbosa, 2021).

Outra importante modificação introduzida pela Constituição de 1988 foi a isenção de determinados rendimentos no âmbito do Imposto de Renda. Em particular, aposentadorias e pensões passaram a ser isentas de tributação até um determinado limite, representando uma medida de proteção aos aposentados e pensionistas, que muitas vezes dependem desses rendimentos para sua subsistência (Nóbrega, 2014).

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o Imposto de Renda no Brasil tem sido objeto de inúmeras reformas e ajustes. O objetivo principal dessas mudanças tem sido o de tornar o sistema mais equitativo e eficiente. Isso inclui alterações nas alíquotas, nas faixas de renda tributável, nas deduções permitidas, e nas regras de apuração do imposto. As reformas e ajustes no Imposto de Renda também têm sido utilizados como ferramentas para estimular o crescimento econômico, atrair investimentos e promover o desenvolvimento social. Por meio de políticas de incentivo fiscal, o governo pode utilizar o Imposto de Renda como um instrumento para alcançar objetivos específicos, como fomentar setores econômicos estratégicos, reduzir desigualdades e melhorar o bem-estar da população (Schoueri; Barbosa, 2021).

Em termos de fundamentos teóricos, o Imposto de Renda no Brasil está respaldado nos princípios da capacidade contributiva e da progressividade. Essa abordagem reflete a ideia de que aqueles com maior capacidade de pagamento devem contribuir de forma mais substancial para a receita fiscal do país. Além disso, o Imposto de Renda é uma ferramenta importante para a redistribuição de renda no Brasil, contribuindo para a redução das desigualdades socioeconômicas, em consonância com conceitos de justiça fiscal e social (Kuntz; Zarth, 2023).

3.2 A IMPORTÂNCIA E FUNÇÃO SOCIAL DO IMPOSTO DE RENDA

O Imposto de Renda representa um pilar central nos sistemas tributários de muitos países, incluindo o Brasil, e sua importância transcende fronteiras, abrangendo uma vasta gama de funções que influenciam de maneira fundamental tanto a sociedade quanto a economia. Uma de suas principais funções é o financiamento dos gastos públicos, o que fornece ao governo os recursos necessários para sustentar e expandir uma variedade de serviços e programas essenciais. Educação, saúde, segurança pública, infraestrutura e uma

série de outras áreas críticas dependem diretamente das receitas geradas pelo Imposto de Renda para seu funcionamento adequado e para atender às necessidades da população (Kuntz; Zarth, 2023).

Sem uma fonte confiável e substancial de receita, como é o caso do Imposto de Renda, o Estado enfrenta desafios consideráveis em sua capacidade de prover os serviços públicos essenciais. Isso resultaria em um *déficit* orçamentário significativo, levando a uma possível deterioração dos serviços públicos, com impactos diretos na qualidade de vida dos cidadãos (Kuntz; Zarth, 2023).

Além do financiamento do setor público, o Imposto de Renda desempenha uma função social crucial ao atuar como uma ferramenta de redistribuição de renda. Por meio de sua natureza progressiva, as alíquotas mais elevadas incidem sobre rendas mais altas, transferindo recursos dos mais abastados para os menos favorecidos. Esse mecanismo contribui para atenuar as disparidades de renda, promovendo a justiça social e reduzindo a desigualdade econômica. Isso, por sua vez, contribui para uma sociedade mais equitativa e coesa (Campello, 2017).

Ainda, o Imposto de Renda desempenha um papel importante na promoção da equidade fiscal. Os princípios da justiça fiscal e da capacidade contributiva orientam a tributação de acordo com a capacidade de pagamento de cada contribuinte, de forma que aqueles com maior renda suportem uma carga tributária proporcionalmente maior. Essa abordagem é fundamental para criar um sistema tributário que seja percebido como justo e que promova a aceitação pública e a conformidade tributária (Nóbrega, 2014).

O Imposto de Renda também pode ser uma ferramenta de política econômica, usada para estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico. Através de incentivos fiscais, como deduções para investimentos, o governo pode encorajar o investimento produtivo, a criação de empregos e o empreendedorismo, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável. Além de suas funções econômicas e sociais, o Imposto de Renda também exerce um papel fundamental no controle e fiscalização. A administração eficaz desse tributo é crucial para identificar evasões e fraudes fiscais, garantindo que todos os contribuintes paguem sua parcela justa de impostos. Isso é vital para manter a integridade do sistema tributário e para garantir a confiança pública no sistema fiscal (Nóbrega, 2014).

Ademais, a função do Imposto de Renda na redistribuição de renda é de grande importância e reflete princípios fundamentais da justiça social e da equidade econômica. Através do sistema progressivo de alíquotas, o Imposto de Renda atua como um mecanismo para contrabalançar as desigualdades de renda presentes na sociedade. Esse sistema estabelece

que à medida que a renda declarada aumenta, as alíquotas também aumentam, resultando em uma tributação mais elevada para aqueles com maiores rendimentos (Schoueri; Barbosa, 2021).

Essa progressividade nas alíquotas é uma resposta à ideia de que a tributação deve ser proporcional à capacidade contributiva de cada indivíduo ou empresa. A capacidade contributiva implica que aqueles que têm uma renda mais alta podem suportar uma carga tributária maior, enquanto aqueles com renda mais baixa devem ser tributados de maneira mais branda, garantindo que suas necessidades básicas sejam atendidas. Ao tributar as camadas mais ricas da sociedade de forma mais intensiva, o Imposto de Renda transfere recursos financeiros dos mais abastados para os menos favorecidos. Essa redistribuição de renda é uma ferramenta fundamental para reduzir as disparidades econômicas e promover a justiça social. Ela contribui para garantir que a sociedade não se torne excessivamente estratificada, com uma minoria de elites detendo a maior parte da riqueza, enquanto a maioria da população enfrenta dificuldades econômicas (Kuntz; Zarth, 2023).

A importância da redistribuição de renda não pode ser subestimada, uma vez que ela não apenas melhora o bem-estar das camadas mais vulneráveis da população, mas também contribui para o equilíbrio social e a coesão. Isso pode levar a uma sociedade mais estável e coesa, com menos tensões econômicas e sociais. Além disso, a redistribuição de renda por meio do Imposto de Renda também pode ter implicações positivas para o desenvolvimento econômico a longo prazo. Ao proporcionar acesso a recursos financeiros e oportunidades para uma parcela maior da população, a sociedade pode aproveitar um potencial econômico mais amplo. Isso inclui o estímulo ao consumo, ao empreendedorismo e ao investimento, que são fatores fundamentais para o crescimento econômico sustentável (Nóbrega, 2014).

Além disso, o Imposto de Renda promove a equidade fiscal, seguindo os princípios de justiça fiscal e capacidade contributiva. Esses princípios determinam que a tributação deve ser proporcional à capacidade de pagamento de cada contribuinte, de forma que aqueles com maior renda suportem uma carga tributária mais pesada. Essa equidade é vital para criar um sistema tributário que seja percebido como justo e aceitável pela sociedade (Kuntz; Zarth, 2023).

Campello (2017) sublinha que o uso do Imposto de Renda como instrumento para estimular o desenvolvimento econômico é uma prática comum em muitos países, incluindo o Brasil. Através de incentivos fiscais estrategicamente projetados, o governo pode influenciar positivamente o comportamento de empresas e indivíduos, fomentando o crescimento econômico, incentivando o empreendedorismo e promovendo a criação de empregos. Essas

políticas desempenham um papel vital na construção de um ambiente de negócios mais propício ao desenvolvimento econômico e à prosperidade da nação.

Uma das formas mais comuns de incentivo fiscal no contexto do Imposto de Renda é a concessão de deduções específicas para investimentos. Empresas que realizam investimentos em áreas consideradas estratégicas ou prioritárias pelo governo podem se beneficiar de deduções fiscais, o que reduz o montante do Imposto de Renda que elas devem pagar. Isso incentiva as empresas a aplicarem recursos para projetos que, de outra forma, poderiam não ser economicamente viáveis. Esses investimentos frequentemente se traduzem em novas instalações, expansões, pesquisa e desenvolvimento, e inovação, o que contribui para o crescimento da economia (Nóbrega, 2014).

Além disso, os incentivos fiscais podem ser direcionados para a promoção do empreendedorismo. O governo pode oferecer benefícios fiscais, como a redução de impostos sobre ganhos de capital ou isenções fiscais para *startups* e empreendedores individuais. Isso cria um ambiente mais favorável ao empreendedorismo, encorajando a criação de novas empresas e a geração de inovação. *Startups* e pequenas empresas frequentemente desempenham um papel vital na economia, contribuindo significativamente para a criação de empregos e o desenvolvimento de novos produtos e serviços (Schoueri; Barbosa, 2021).

Outra maneira pela qual o Imposto de Renda pode estimular o desenvolvimento econômico é através de políticas de incentivo regional. O governo pode oferecer incentivos fiscais para empresas que optem por investir em regiões menos desenvolvidas, buscando reduzir as disparidades econômicas regionais. Isso não apenas estimula o crescimento econômico nas áreas menos favorecidas, mas também ajuda a aliviar a pressão sobre as áreas já congestionadas economicamente (Schoueri; Barbosa, 2021).

Essas políticas de incentivo fiscal não apenas estimulam o crescimento econômico, mas também podem gerar benefícios adicionais, como a criação de empregos e a expansão de mercados. Empresas que se beneficiam de incentivos fiscais frequentemente aumentam seus níveis de emprego para atender à crescente demanda por seus produtos e serviços, contribuindo para a redução do desemprego. Além disso, à medida que as empresas expandem suas operações, elas podem criar oportunidades para fornecedores locais e outras empresas que fazem parte de suas cadeias de valor (Portella, 2018).

Além de suas funções econômicas e sociais, o Imposto de Renda desempenha um papel crítico no controle e fiscalização. O monitoramento das declarações de renda permite ao governo identificar evasões e fraudes fiscais, garantindo que todos os contribuintes paguem sua parte justa de impostos. Isso é vital para a integridade do sistema tributário e para a

manutenção da confiança pública no sistema fiscal (Kuntz; Zarth, 2023).

3.3 IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA (IRPF)

O Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) é um tributo que incide sobre a renda auferida por indivíduos no Brasil. É uma das principais fontes de receita do governo e desempenha um papel central no sistema tributário do país. O IRPF é um tributo complexo, que envolve várias nuances e implicações, tanto do ponto de vista econômico quanto social (Silva; Martins, 2021).

O IRPF é caracterizado pela sua natureza progressiva, o que significa que as alíquotas aumentam à medida que a renda declarada pelo contribuinte aumenta. Esse princípio é baseado em conceitos de justiça fiscal e capacidade contributiva, com o pressuposto de que aqueles com renda mais alta devem contribuir com uma parcela maior de seus rendimentos para financiar as despesas do governo. Essa progressividade visa atenuar as desigualdades de renda e promover a justiça social (Silva; Martins, 2021). Assim, a Tabela 01 traz os valores atuais cobrados do IRPF, e apresenta os valores e alíquotas do IRPF cobrados a partir de maio de 2023:

Tabela 01: Tributação IRPF incidência mensal, a partir de maio de 2023

Base de cálculo	Alíquota	Dedução
Até R\$ 2.112,00	-	-
De R\$ 2.112,01 até R\$ 2.826,65	7,50%	R\$ 158,40
De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05	15,00%	R\$ 370,40
De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68	22,50%	R\$ 651,73
Acima de R\$ 4.664,68	27,50%	R\$ 884,96

Fonte: Governo Federal (2023)

A inclusão de uma ampla variedade de fontes de renda na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) é uma estratégia fundamental do sistema tributário para garantir que a tributação seja abrangente e equitativa. A intenção por trás dessa abordagem é evitar que contribuintes explorem brechas no sistema fiscal, garantindo que todas as fontes de renda relevantes sejam tributadas de acordo com os princípios de justiça fiscal e capacidade contributiva (Leite *et al.*, 2017).

Além disso, a inclusão de salários como fonte de renda tributável no IRPF é um reflexo do fato de que a maioria dos indivíduos obtêm sua principal fonte de renda por meio do emprego. Os salários são uma das formas mais comuns de renda e, portanto, são uma parte

essencial da base tributável do IRPF. Além disso, a tributação dos salários é frequentemente realizada na fonte, por meio de retenções na folha de pagamento, o que facilita a coleta de impostos (Leite *et al.*, 2017).

Os aluguéis, por sua vez, representam uma fonte adicional de renda tributável no IRPF. A tributação dos aluguéis é relevante, uma vez que a posse de propriedades locadas é uma forma de geração de renda. Ao tributar os aluguéis, o governo busca garantir que os indivíduos que investem em propriedades e obtêm renda por meio delas também contribuam para o financiamento dos gastos públicos (Leite *et al.*, 2017).

Os lucros e dividendos, por sua vez, são fontes de renda relacionadas a investimentos e participações em empresas. A tributação desses rendimentos é uma medida que evita a evasão fiscal por meio de estruturas empresariais complexas. Ao incluir lucros e dividendos na base tributável do IRPF, o governo busca garantir que os ganhos de capital gerados a partir de investimentos sejam tributados de forma justa. Os ganhos de capital, que incluem lucros provenientes da venda de ativos como ações e imóveis, também são uma parte importante da base tributável do IRPF. Sua tributação é relevante porque, em muitos casos, esses ganhos representam uma fonte significativa de renda para muitos investidores e proprietários de imóveis (Silva; Martins, 2021).

Desse modo, a declaração do IRPF, um processo anual, é uma etapa crítica para a efetiva arrecadação do imposto. Os contribuintes são obrigados a informar suas fontes de renda, deduções fiscais e outras informações relevantes para calcular o valor devido. Essa declaração serve como uma ferramenta de controle e fiscalização, permitindo ao governo verificar a conformidade dos contribuintes com as Leis fiscais e identificar possíveis evasões (Silva; Martins, 2021).

Além disso, o IRPF desempenha um papel importante na arrecadação de recursos para o governo. A receita gerada pelo IRPF é utilizada para financiar uma ampla gama de serviços públicos, programas sociais, infraestrutura e outras despesas governamentais. Esses recursos são essenciais para a manutenção e expansão de serviços como saúde, educação, segurança e transporte, que são cruciais para o bem-estar da população e o desenvolvimento do país (Portella, 2018).

A função do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) na promoção da equidade fiscal é um aspecto essencial da política tributária, refletindo a busca por um sistema justo e equitativo. O governo utiliza deduções fiscais como uma ferramenta estratégica para influenciar o comportamento dos contribuintes, incentivar ações que beneficiem a sociedade e, ao mesmo tempo, equilibrar a carga tributária de maneira justa. Essa abordagem abrange

várias dimensões da equidade fiscal e contribui para uma tributação mais balanceada e socialmente benéfica (Leite *et al.*, 2017).

Uma das principais maneiras pelas quais o IRPF promove a equidade fiscal é por meio de deduções para despesas específicas, como educação e saúde. Ao permitir que os contribuintes deduzam despesas relacionadas a esses setores, o governo reconhece a importância dessas áreas para o desenvolvimento da sociedade. Além disso, as deduções incentivam os contribuintes a investir em educação e saúde, o que beneficia tanto o indivíduo quanto a coletividade. A educação, por exemplo, é um investimento fundamental no capital humano e no progresso econômico, enquanto a promoção da saúde contribui para uma sociedade mais saudável e produtiva (Leite *et al.*, 2017).

Outra forma pela qual o IRPF promove a equidade fiscal é por meio de incentivos fiscais a setores específicos da economia. O governo pode conceder deduções ou isenções fiscais para investimentos em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico do país. Isso não apenas estimula o investimento, mas também direciona recursos para setores que têm potencial para gerar crescimento econômico e empregos. Essa abordagem ajuda a equilibrar a carga tributária, incentivando investimentos produtivos em vez de especulativos (Silva; Martins, 2021).

Conforme aponta Portella (2018) em seus estudos, a política de deduções fiscais no IRPF também pode incentivar ações socialmente benéficas, como a doação para organizações sem fins lucrativos. Muitos países permitem que os contribuintes deduzam doações para instituições de caridade, o que incentiva o apoio a causas sociais importantes. Essas deduções não apenas promovem o envolvimento cívico, mas também contribuem para o bem-estar da sociedade.

Além disso, a promoção da equidade fiscal por meio de deduções pode incluir incentivos para ações que respeitem o meio ambiente. Deduções fiscais para investimentos em energia limpa ou práticas sustentáveis podem ajudar a reduzir os impactos ambientais e promover um desenvolvimento mais responsável. A equidade fiscal não se limita apenas a garantir que os contribuintes paguem impostos de acordo com sua capacidade financeira, mas também envolve o estímulo a comportamentos e investimentos que beneficiem a sociedade como um todo. As deduções fiscais no IRPF desempenham um papel importante nesse contexto, incentivando práticas que contribuam para o bem-estar social, o desenvolvimento econômico sustentável e a proteção do meio ambiente (Silva; Martins, 2021).

A fiscalização e o controle da evasão fiscal desempenham um papel crucial no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e no sistema tributário como um todo. A evasão fiscal, que

envolve a omissão deliberada de informações financeiras ou a manipulação de declarações para pagar menos impostos do que o devido, representa uma ameaça significativa para a arrecadação de recursos públicos. Para combater esse problema, o governo, por meio da Receita Federal, emprega uma série de estratégias e tecnologias avançadas para garantir que as informações declaradas pelos contribuintes estejam corretas e para identificar possíveis irregularidades (Portella, 2018).

A auditoria e a verificação são instrumentos fundamentais no combate à evasão fiscal. A Receita Federal realiza auditorias periódicas e verificações de declarações fiscais para identificar discrepâncias entre as informações declaradas e os dados reais de renda e despesa. Os contribuintes podem ser selecionados para uma auditoria de forma aleatória ou com base em critérios de risco, como diferenças substanciais entre a renda declarada e outras informações disponíveis (Portella, 2018).

O uso de tecnologias avançadas, como o cruzamento de dados, revolucionou a eficácia da fiscalização tributária. Com a crescente digitalização das transações financeiras e o acesso a uma vasta quantidade de informações, a Receita Federal pode comparar as informações declaradas pelos contribuintes com dados de fontes diversas, como instituições financeiras, empregadores e fornecedores de serviços. Isso permite identificar discrepâncias e potenciais casos de evasão fiscal com mais precisão (Leite *et al.*, 2017).

Outra ferramenta importante é o intercâmbio de informações internacionais. O Brasil, assim como muitos outros países, participa de acordos internacionais que permitem o compartilhamento de informações financeiras e fiscais com outras nações. Isso ajuda a identificar a evasão fiscal que envolve ativos e transações no exterior, tornando mais difícil para os contribuintes esconderem rendimentos e ativos no exterior (Silva; Martins, 2021).

Além disso, a Receita Federal investe em educação e conscientização fiscal para promover a conformidade tributária. Isso inclui campanhas de divulgação, orientação aos contribuintes e a disponibilidade de recursos e ferramentas para facilitar a declaração de impostos e o cumprimento das obrigações fiscais. A educação fiscal desempenha um papel preventivo importante, ajudando os contribuintes a entenderem suas obrigações fiscais e a evitarem erros que possam levar a investigações fiscais (Silva; Martins, 2021).

A fiscalização eficaz do IRPF não se limita apenas a coletar impostos devidos, ela também desempenha um papel importante na manutenção da integridade do sistema tributário. A percepção de que a evasão fiscal é detectada e punida promove a conformidade voluntária, garantindo que a maioria dos contribuintes pague seus impostos corretamente. Além disso, o combate à evasão fiscal ajuda a assegurar que a carga tributária seja distribuída de forma mais

justa, uma vez que a evasão prejudica aqueles que cumprem suas obrigações fiscais (Portella, 2018).

3.4 IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ)

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é um tributo de competência federal que desempenha um papel central no sistema tributário brasileiro. Ele incide sobre o lucro auferido por empresas, instituições e outras entidades jurídicas, representando uma das principais fontes de receita do Governo Federal. O IRPJ é uma peça-chave da estrutura tributária do Brasil, com importantes implicações econômicas, legais e sociais (Nóbrega, 2014).

Do ponto de vista econômico, o IRPJ é um dos principais tributos que as empresas devem pagar ao governo. Esse imposto tem um impacto direto nas finanças das empresas e, portanto, desempenha um papel significativo na determinação da rentabilidade dos negócios. A alíquota efetiva do IRPJ, que pode variar de acordo com a forma de tributação (lucro real, presumido ou arbitrado) e o regime fiscal em vigor, afeta as decisões de investimento, expansão e distribuição de lucros das empresas (Schoueri; Barbosa, 2021). A alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica é de 15% sobre o lucro real, presumido ou arbitrado. Porém, caso o lucro seja maior do que R\$ 20 mil por mês, acrescenta-se um percentual adicional de 10% em cima da parcela.

O lucro auferido pelas empresas é à base de cálculo do IRPJ. Essa base é calculada com base nas normas contábeis e fiscais e pode ser influenciada por uma série de fatores, incluindo deduções fiscais, incentivos fiscais e despesas permitidas. A complexidade das regras contábeis e tributárias relacionadas ao IRPJ torna a gestão tributária uma parte essencial das operações das empresas. A conformidade com a legislação tributária é essencial para evitar penalidades, multas e auditorias fiscais (Schoueri; Barbosa, 2021).

No contexto legal, o IRPJ está sujeito a uma extensa legislação, regulamentos e interpretações da Receita Federal do Brasil. As empresas devem seguir essas regulamentações para calcular corretamente o imposto devido e cumprir suas obrigações fiscais. Isso inclui a apresentação de declarações fiscais detalhadas, como a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a Escrituração Contábil Digital (ECD) e outras obrigações acessórias. Além disso, o IRPJ é impactado por tratados e acordos internacionais, especialmente quando se trata de empresas multinacionais. A tributação de empresas que operam em vários países levanta desafios de elisão fiscal e evasão fiscal, o que levou a

discussões globais sobre como garantir que as empresas paguem impostos de maneira justa em cada jurisdição (Portella, 2018).

Do ponto de vista social, o IRPJ desempenha um papel indireto na sociedade, uma vez que o valor arrecadado é usado pelo governo para financiar uma ampla gama de serviços públicos e programas sociais. Esses recursos são essenciais para a manutenção e expansão de áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura e outros serviços que afetam diretamente a qualidade de vida da população (Nóbrega, 2014).

O sistema tributário brasileiro oferece às empresas a opção de diferentes regimes de tributação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A escolha entre esses regimes é um processo importante e estratégico para as empresas, uma vez que impacta diretamente a carga tributária. Entre as opções disponíveis, destacam-se o lucro real, o lucro presumido, o lucro arbitrado e o Simples Nacional (Nóbrega, 2014).

O regime do lucro real é o mais abrangente e detalhado dos três. Nele, as empresas calculam seu lucro líquido de acordo com as normas contábeis brasileiras e fiscais, incluindo todas as despesas incorridas. Isso permite uma dedução precisa de despesas, como juros sobre empréstimos e depreciação de ativos. O imposto devido é calculado com base no lucro líquido apurado, com alíquotas que variam de acordo com a natureza das atividades da empresa. Esse regime é frequentemente escolhido por empresas de grande porte com operações complexas (Portella, 2018).

Por outro lado, o regime do lucro presumido é uma opção simplificada, ideal para empresas de menor porte. Nesse regime, as empresas não precisam calcular seu lucro real, em vez disso, pagam impostos com base em uma margem de lucro presumida, determinada de acordo com a atividade. Esse método simplifica a tributação, pois as empresas não precisam manter um controle tão detalhado das despesas. No entanto, as deduções permitidas são limitadas, e as alíquotas são aplicadas sobre a receita bruta (Schoueri; Barbosa, 2021).

O lucro arbitrado é uma opção usada em circunstâncias excepcionais. É aplicado quando a empresa não apresenta informações contábeis adequadas ou quando há suspeitas de evasão fiscal. Nesse caso, a Receita Federal estima o lucro da empresa com base em critérios próprios e, a partir dessa estimativa, calcula o imposto devido. Esse regime está sujeito a penalidades mais severas em caso de não conformidade e é usado de forma limitada (Schoueri; Barbosa, 2021).

Além disso, o Imposto de Renda no Simples Nacional é uma questão relevante para empresas que optam por esse regime tributário no Brasil. O Simples Nacional é um regime simplificado de tributação que reúne diversos impostos federais, estaduais e municipais em

uma única guia de pagamento, facilitando o cumprimento das obrigações fiscais para micro e pequenas empresas. No contexto do Simples Nacional, o Imposto de Renda é tratado de maneira específica, visto que o Simples Nacional substitui o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) que seria devido por empresas tributadas pelo lucro presumido ou lucro real, que são os regimes tributários mais comuns (Portella, 2018).

O Imposto de Renda no Simples Nacional é calculado de forma simplificada e está incluído na alíquota única que a empresa paga mensalmente. Essa alíquota é determinada com base na faixa de faturamento anual da empresa e varia de acordo com a atividade econômica. Portanto, as empresas optantes pelo Simples Nacional não precisam calcular e pagar o IRPJ separadamente, uma vez que esse imposto já está incorporado na guia de recolhimento unificada. Vale ressaltar que, além do Imposto de Renda, o Simples Nacional engloba outros tributos, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços (ISS), dependendo do tipo de atividade da empresa. A simplificação desse regime tributário visa facilitar o cumprimento das obrigações fiscais e diminuir a carga de burocracia para as micros e pequenas empresas, estimulando o empreendedorismo e o crescimento desses negócios no Brasil (Portella, 2018).

A escolha do regime de tributação é uma decisão crítica que envolve uma análise cuidadosa das características da empresa, como seu tamanho, complexidade operacional, margens de lucro e atividades. Além disso, é importante considerar que a legislação tributária pode mudar ao longo do tempo, afetando a escolha do regime mais adequado. Independentemente do regime escolhido, a conformidade com as obrigações fiscais e a manutenção de registros precisos são fundamentais para evitar penalidades e garantir a conformidade tributária (Nóbrega, 2014).

Ainda, Nóbrega (2014) ressalta em seus estudos que o IRPJ tem um papel importante na arrecadação de recursos para o governo. As receitas provenientes do IRPJ são fundamentais para financiar uma ampla gama de serviços públicos, programas sociais, infraestrutura e outras despesas governamentais. Esses recursos são essenciais para a manutenção e expansão de serviços como saúde, educação, segurança e transporte, que são cruciais para o funcionamento do país.

De acordo com Portella (2018), o IRPJ também desempenha um papel relevante na promoção do desenvolvimento econômico. O governo pode usar incentivos fiscais, como deduções e isenções, para direcionar investimentos para setores específicos da economia que sejam considerados estratégicos para o crescimento do país. Essas políticas podem criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento econômico, ao empreendedorismo e à geração

de empregos. Os incentivos fiscais também podem ser usados para promover a pesquisa e desenvolvimento, a inovação e a internacionalização de empresas.

A complexidade do IRPJ exige que as empresas mantenham registros contábeis precisos e estejam em conformidade com a legislação tributária. Isso envolve a apresentação de declarações fiscais detalhadas e a manutenção de registros contábeis consistentes, a fim de calcular corretamente o imposto devido. A não conformidade pode resultar em penalidades, multas e auditorias fiscais, tornando a conformidade tributária uma preocupação importante para as empresas (Portella, 2018).

O IRPJ também está sujeito a acordos internacionais e regulamentos relacionados à tributação de empresas multinacionais. A questão da elisão fiscal, em que as empresas buscam reduzir sua carga tributária de maneira legal, mas agressiva, tem levado a discussões e regulamentações globais para garantir que as empresas paguem impostos de forma justa nos países onde operam (Schoueri; Barbosa, 2021).

Desse modo, o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é um tributo fundamental no sistema tributário brasileiro, que incide sobre o lucro auferido por empresas e outras entidades jurídicas. Ele desempenha um papel crucial na arrecadação de recursos para o governo, na promoção do desenvolvimento econômico e na regulamentação das atividades empresariais. Sua complexidade e importância o tornam um aspecto significativo do cenário fiscal e econômico do Brasil (Schoueri; Barbosa, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho destacou a relevância do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) no contexto brasileiro, visto que ambos desempenham papéis críticos na arrecadação de receitas, na redistribuição de renda e na promoção de políticas fiscais e econômicas. O IRPF, por sua vez, é projetado com alíquotas progressivas, onde as taxas aumentam à medida que a renda declarada cresce, refletindo princípios de justiça fiscal e capacidade contributiva. Essa progressividade é uma ferramenta eficaz para reduzir as desigualdades de renda, transferindo recursos dos mais ricos para os menos afortunados. A redistribuição de renda, desse modo, é fundamental para promover a justiça social e melhorar o padrão de vida daqueles que enfrentam dificuldades econômicas.

Por sua vez, o IRPJ consiste em um tributo federal brasileiro que incide sobre os lucros das empresas. Sua base de cálculo é o lucro líquido anual, com alíquotas variáveis dependendo

do regime tributário adotado. As empresas devem realizar pagamentos mensais ou trimestrais, conforme sua opção tributária, e podem deduzir despesas permitidas para reduzir a base de cálculo. Além disso, há obrigações acessórias, como a entrega de declarações fiscais e contábeis. O IRPJ é uma importante fonte de receita para o governo e é fundamental para financiar os serviços públicos e programas sociais, requerendo que as empresas estejam em conformidade com as regulamentações fiscais e mantenham registros precisos.

Cumprir dizer que ao longo do tempo, tanto o IRPF quanto o IRPJ passaram por uma série de reformas para se adaptarem às necessidades econômicas e sociais em constante evolução. Essas reformas incluíram alterações nas alíquotas, na definição de renda tributável, nas deduções e na administração dos impostos. As mudanças refletem a busca contínua por sistemas fiscais mais eficazes e justos, à medida que os governos buscam aprimorar a equidade fiscal e a eficiência na arrecadação de receitas.

Além disso, a promoção da equidade fiscal é uma característica importante desses impostos. Por meio de deduções fiscais, o governo pode incentivar comportamentos específicos, como gastos com educação, saúde ou investimentos em determinados setores da economia. Essas deduções visam equilibrar a carga tributária e estimular práticas socialmente benéficas, contribuindo para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, a fiscalização e o controle desempenham um papel fundamental na eficácia desses impostos. A evasão fiscal é uma ameaça constante, e os governos utilizam tecnologias avançadas, como o cruzamento de dados, para garantir que as informações declaradas pelos contribuintes estejam corretas e que não haja evasão fiscal. A conformidade tributária é fundamental para manter a integridade do sistema tributário e garantir que a carga tributária seja distribuída de maneira justa.

Destarte, destaca-se a complexidade e a importância desses tributos no contexto fiscal e econômico. A equidade, a progressividade, as reformas contínuas e o controle eficaz são elementos-chave que permeiam a discussão em torno do IRPF e do IRPJ, ressaltando a necessidade de sistemas fiscais eficazes e adaptáveis para enfrentar os desafios econômicos em constante evolução.

Isto posto, o desenvolvimento desta pesquisa conseguiu responder a problemática inicial, apontando que a cobrança do Imposto de Renda no Brasil teve início no início do século XX, com a criação do Imposto de Renda da Pessoa Física em 1924 e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 1926. Sua importância está relacionada à arrecadação de recursos para o financiamento de políticas públicas, à redistribuição de renda e ao funcionamento adequado do Estado. O Imposto de Renda da Pessoa Física incide sobre os rendimentos